



VOL.7 | N. 14 | JUL/DEZ DE 2021 | ISSN 2359-4489

DIPLOMACIA PATRIMONIAL:  
O PATRIMÔNIO CULTURAL  
COMO MEDIADOR DAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Entre bens culturais saqueados e negociações diplomáticas bem-sucedidas: considerações sobre Diplomacia Cultural, interculturalidade e os desequilíbrios do poder na herança patrimonial de impérios

*Between looted cultural goods and successful diplomatic negotiations: considerations about Cultural Diplomacy, interculturality and power imbalances in the heritage of empires*

*Entre bienes culturales saqueados y negociaciones diplomáticas exitosas: consideraciones sobre diplomacia cultural, interculturalidad y desequilibrios de poder en la herencia de los impérios*

*Ewerton Reubens Coelho-Costa<sup>1</sup>*

*Resenha: SCOTT, C. Cultural Diplomacy and the Heritage of Empire: Negotiating Post-Colonial Returns. London: Routledge, 2020. 226 p. ISBN 9781351164245.*

Com o final da Segunda Guerra Mundial a Europa estava arrasada. O que antes era considerado o continente mais poderoso do mundo, agora declinava em destruição, mortes e perda em diversos âmbitos, inclusive de *status*. O mundo pós-Segunda Guerra seria intensamente transformado e revelaria a bipolarização entre o Oriente (liderado pela União Soviética) e o Ocidente (com Estados Unidos e seus aliados), ambos na tentativa de dominar o centro das decisões políticas e econômicas mundial.

Nesse interim, surgiam instituições intergovernamentais importantes como: a Organização das Nações Unidas (ONU) que, desde então, tomou para si a responsabilidade de evitar que outros conflitos como as Grandes Guerras voltassem a ocorrer, trabalhando incansavelmente pela manutenção da paz entre Estados e Nações desde a sua fundação<sup>2</sup>; e, os Tribunais Militares Internacionais (TMI), cortes constituídas por um painel de juízes advindos

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES. E-mail: ewertonreubens@gmail.com.

<sup>2</sup> UN – United Nations. *History of the United Nations*. United Nations - Peace, dignity and equality on a healthy planet, 2021.

de cada um dos países Aliados que saíram vitoriosos na guerra. Os Tribunais Militares Internacionais foram criados para julgar crimes de guerra, violações contra a paz, contra a humanidade, e conspirações ligadas a esses tipos de delito, tais como: o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (*The International Military Tribunal for the Far East* ou IMTFE, em inglês), também conhecido como Julgamento de Tóquio ou Tribunal de Crimes de Guerra de Tóquio<sup>3</sup>, e o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, na Alemanha – este último, inclusive, serviria como base para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia, na Holanda, que julga crimes contra os direitos humanos.

Esse panorama ilustra a complexidade e o tamanho das transformações vivenciadas naquele período. Mas, também, atenta para a alomorfia que ocorria no campo diplomático. O fim da Segunda Grande Guerra despertaria ondas de descolonização que alcançaram a diplomacia e contribuíram com transformações diplomáticas em Estados recém-independentes que se baseavam em ideais do internacionalismo europeu do século XIX e mantinham a cultura como elemento de grande importância para a identidade nacional; mas, que acabavam complicando suas relações com a comunidade internacional na medida em que preservavam a ideia de soberania cultural ao mesmo tempo em que mantinham coleções de objetos culturais, artísticos e históricos oriundos de saques do período colonial expostos em seus museus europeus. Então, era preciso tratar da devolução desse material como forma de reparação histórica.

Para contribuir nesse processo, com o pós-guerra, as Nações Unidas acabaram se transformando em um centro diplomático multilateral bastante útil em assessorar negociações sobre descolonização e integração internacional pacífica – apesar dos debates inflamados e das demandas complexas relativas a devolução de propriedade cultural pós-colonial, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970.

Se por um lado haviam negociações diplomáticas entre Estados que tentavam reparar oficialmente a exploração; por outro lado, existiam negacionistas em diversos âmbitos – principalmente oriundos de governos mais autoritários – que dificultavam essas negociações e que, até, tentavam impedir a devolução de apropriações realizadas no passado.

Nessas circunstâncias, torna-se importante a realização, em 1970, da Convenção Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada

---

<sup>3</sup> UN – United Nations. *International Military Tribunal for the Far East*. Special proclamation by the Supreme Commander for the Allied Powers at Tokyo January 19, 1946; Charter dated January 19, 1946; amended charter dated April 26, 1946 Tribunal established January 19, 1946.

em Paris, relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais<sup>4</sup>. Pois com ela traçaram-se os limites legais pelos quais a justiça histórica poderia ser feita, amparada por leis e pela comunidade internacional. Por conta disso, Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) concedeu à UNESCO a responsabilidade de defender as negociações entre Estados Membros e a tornar público os esforços empenhados e os casos de êxito.

Um desses casos diz respeito a um acordo entre Holanda e Indonésia, em 1970, e coloca a Holanda em um papel singular quando o aponta como um dos raros Estados a executar voluntariamente a devolução de bens para sua ex-colônia. Foi assim que, por exemplo, o Museu Nacional das Culturas do Mundo (*Nationaal Museum van Wereldculturen* – NMVW), na Holanda, tornou-se pioneiro entre os museus europeus ao desenvolver estratégias e mecanismos de reparação para devolver bens saqueados para ex-colônias<sup>5</sup>.

Apesar de a Holanda ter sido reverenciada pela atitude ética, sabe-se que essa ação foi gestada pelos entendimentos de devolução de propriedade cultural influenciados pelas Organização das Nações Unidas. Ocorre que não ficou claro o processo histórico que permitiu para que isso ocorresse, nem o motivo pelo qual a devolução foi tida como ação necessária. É partindo disso que se observa a importância do livro resenhado.

Se para este resenhista não foi suficiente a simplória explicação que aponta a ética de ideais de autoridades holandesas como motivo para a devolução dos frutos de saques realizados no passado em suas ex-colônias, para a autora do livro em análise, com expertise em questões de patrimônio, isso seria apenas a ponta do fio que a conduziria por uma investigação rumo ao real motivo dessa questão.

Assim, a obra *Cultural Diplomacy and the Heritage of Empire: Negotiating Post-Colonial Returns*<sup>6</sup>, de Cynthia Scott (2020), editada em inglês pela Routledge de Londres e ainda sem tradução no Brasil, apresenta de forma contextualizada as negociações históricas e as visões concorrentes por traz da repatriação de coleções e artefatos artísticos, culturais e históricos obtidos na era colonial entre Holanda e Indonésia, e analisa no que isso implicaria

---

<sup>4</sup> ONU - Organização das Nações Unidas. *Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas Para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência De Propriedades Ilícitas Dos Bens Culturais*. Paris, 12-14 de novembro de 1970. Representação da UNESCO no Brasil. UNESCO Brasília Office, BR/1972/PI/H/1. 1070.

<sup>5</sup> HICKLEY, C. *Países Baixos: museus confrontam o passado colonial do país*. Correio da Unesco (*The Unesco Courier*), 2020.

<sup>6</sup> SCOTT, C. *Cultural Diplomacy and the Heritage of Empire: Negotiating Post-Colonial Returns*. London: Routledge, 2020. 226 p. ISBN 9781351164245.

para ajudar a esclarecer sobre as reais motivações das devoluções e sobre o papel cultural que a Holanda quer construir para o futuro.

O livro é dividido em cinco capítulos, além da introdução e conclusão, distribuídos pela ordem capitular que se apresenta a seguir: *Introduction: the Netherlands and Indonesia: a rare success in the history of post-colonial returns* (p.1); *1 Colonial redress or post-colonial cooperation?: competing visions of cultural diplomacy in 1949* (p.25); *2 Cultural diplomacy at a crossroads: the Dutch struggle with Sukarno's Indonesia, 1950–65* (p.58); *3 Cultural relations as development aid: reconciliation with Suharto's Indonesia, 1966–70* (p.84); *4 Returning cultural property: continuity and change in the cultural diplomacy of the Dutch center-left, 1970–79* (p.120); *5 Post-colonial cultural property return debates since the 1970s: the Dutch-Indonesian case as historical lens* (p.153); *Conclusion* (p.193). O livro conta ainda com 57 ilustrações em preto e branco que complementam o texto.

Cynthia Scott é doutora em história pela *Claremont Graduate University* em Los Angeles, Califórnia. Tonou-se uma pesquisadora do patrimônio a partir do seu trabalho no *Getty Information Institute*, um antigo programa operacional do *J. Paul Getty Trust*, onde gerenciava vários projetos e ajudou a liderar esforços colaborativos entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO), o Conselho da Europa (*Council of Europe*, em inglês; *Conseil de l'Europe*, em Francês), a Organização Internacional de Polícia Criminal, popularmente conhecida pelo seu acrônimo INTERPOL (*International Criminal Police Organization*, em inglês) o Conselho Internacional de Museus (em inglês, *International Council of Museums* – ICOM) que desenvolveram o *Object ID* - o padrão de documentação internacional para identificação de objetos culturais em caso de roubo<sup>7</sup>.

Nessa obra, a Dra. Cynthia Scott, oferece uma nova perspectiva na tentativa de esclarecer como as devoluções atípicas ocorreram no caso Holanda-Indonésia, ressaltando as mudanças culturais e diplomáticas que se originaram dessa questão, além do papel de influência da UNESCO e da AGNU. Como tal, o livro pode ser de interesse para acadêmicos, estudantes e profissionais envolvidos no estudo e prática da diplomacia e do direito da propriedade cultural, estudos sobre museus e patrimônio, história europeia moderna, estudos pós-coloniais e antropologia histórica, estudos pós-coloniais, estudos do direito e da diplomacia ligados a

---

<sup>7</sup> ICOM - International Council of Museums. *Object ID*. 2021.

propriedade cultural, estudos culturais – especialmente associados a museus e patrimônio –, sociologia, história, geopolítica e economia.

A leitura vai abrindo caminhos que levam a pontos fundamentais e que demonstram como a presença constante dos funcionários públicos holandeses e o bom relacionamento que eles mantinham com a Indonésia foi crucial para a limitação de demanda de retornos, principalmente desde 1950 e início de 1960, período que abrange a “Democracia Guiada”<sup>8</sup>, durante o governo do presidente indonésio Sukarno (18 de agosto de 1945 – 12 de março de 1967), no qual rebeliões e instabilidades ameaçavam a sobrevivência da Indonésia.

Melhores relações entre Holanda e Indonésia só voltariam a acontecer com as mudanças políticas que levariam Hadji Mohamed Suharto ao poder da Indonésia. Esse fato talvez se esclareça quando se compreende que: Sukarno em seu regime (1945-1967) lutou contra as forças coloniais com meios militares e diplomáticos até a independência da Indonésia, quando ele foi tornado presidente. Mesmo existindo a ideia de que ele era um líder capaz de unificar diferenças sem derramamentos de sangue, pesou o fato de Sukarno proteger o Partido Comunista Indonésio (PKI), na década de 1960, o que acabou irritando militares e religiosos islamitas, além de travar uma série de políticas externas agressivas com ajuda da União Soviética e da China, sob a rubrica de anti-imperialismo, inclusive dificultando os trabalhos iniciais da diplomacia holandesa que apenas enviava seus artistas para desenvolver ações na Indonésia. Enquanto o governo de Suharto (1967 – 1998), embora tenha sido um regime marcado por progressos, ficou conhecido por altos índices de repressão política, autoritarismo e corrupção desenfreada. Mas, tornou-se popular por manter a estabilidade em uma Indonésia diversificada, conquistando apoio diplomático e político das potências ocidentais por se declarar anticomunista, ser respaldado pelo povo indonésio e ter a lealdade das forças armadas, além de oferecer melhores oportunidades de diálogo para com a ideia holandesa para tratar do patrimônio colonial, aceitando apoio cultural-científico e econômico que ajudaram no desenvolvimento indonésio. Sobre esse aspecto, Scott identifica o novo papel da Holanda: agora, como doador de ajuda internacional e responsável por definir relações culturais para os retornos; ajudando fundamentalmente a Indonésia, inclusive, com questões de desenvolvimento, economia e assistência técnica.

Com uma introdução muito bem construída historicamente, com escrita clara e coesa, Scott apresenta os contextos-chave abordados na obra. É mostrado como a boa reputação da

---

<sup>8</sup> AGUNG, I. A. A. G. *Twenty Years Indonesian Foreign Policy 1945-1965*. Haia: Mouton. 1973.

Holanda foi construída e que já destacavam negociações bilaterais bem-sucedidas que trataram da devolução de propriedade cultural pós-colonial.

Cabe ressaltar a importância dada ao aspecto de aprendizado e do início de um colecionismo holandês quando Scott reverencia a notoriedade dada a presença e ao comando holandês nas Índias Orientais, marcando este período histórico como ponto de partida para questionamentos de devoluções posteriores.

Curioso é constatar, desde a introdução, que as autoridades holandesas travaram lutas para devolver propriedade cultural à Indonésia, na esperança de manter boas relações culturais com os novos estados independentes e ex-colônias, além de reafirmar um papel de continuidade da Holanda na vida cultural da Indonésia. O fato de os funcionários públicos da Holanda trabalharem a partir de uma visão histórica crítica só favoreceu os holandeses, como também favorece na escrita de Scott.

O primeiro capítulo demarca como os japoneses ocuparam as Índias Orientais Holandesas, durante a Segunda Guerra Mundial, e como as lutas por independência trouxeram à tona visões opostas sobre as contestações de reparação e reconciliação pós-colonial. Talvez, o processo que direciona para a formação de uma moral político-cultural tenha se misturado com ideias nacionalistas na Holanda que, pressionada por sistemas internacionais, acabou encontrando na diplomacia cultural uma forma de demonstrar sua boa vontade e manutenção de aliados.

As tensões vivenciadas na Indonésia durante o governo de Sukarno (1945 – 1967) são apresentadas no segundo capítulo, que ainda detalha como a Holanda passa a trabalhar a devolução de bens mediante disputas diplomáticas que interferiam na cooperação cultural e na descolonização de museus holandeses da era colonial. Nota-se aqui, de fato, a deterioração das relações externas com a Indonésia e a cooperação cultural passando a ser vista pelas autoridades indonésias como um termo abusivo. Pois restringia-se, na prática, ao envio de artistas para sustentar a comunidade holandesa na Indonésia.

As oportunidades para reestabelecer boas relações com a Indonésia é o foco do terceiro capítulo, que transcorre por conta da ascensão do presidente Suharto, entre 1966 e 1969. O cenário favorável permitiu que a Holanda redesenhasse a cooperação cultural como ajuda para o desenvolvimento – com ênfase para a economia e assistência técnica. Embora esse período estivesse marcado pelo intercâmbio de arquivos, e não pela devolução de propriedade cultural, esse tipo de intercâmbio era aceito – mesmo existindo reclamações preocupantes a respeito das devoluções de bens culturais

As mudanças no âmbito diplomático internacional e o ativismo anticolonial que advinha da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), são apresentadas no quarto capítulo. A década de 1970 aparece como época na qual retornam as devoluções de bens culturais para a Indonésia e as instituições e especialistas holandeses trilham novos rumos para a cooperação internacional.

Gestos responsivos dos funcionários holandeses são destaques nesse capítulo e acabam sustentando a narrativa para a devolução da propriedade cultural. Um bom exemplo disso é retratado por Scott, quando ela vai descrevendo o processo e apontando que ministros do trabalho assumiram os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, e como isso foi fundamental para trazer novas perspectivas para as relações internacionais.

Entretanto, a obra não se restringe a um estudo de restituição cultural. Pois vai além quando, no quinto capítulo, traça conexões entre a extensão da diplomacia cultural e a formação da identidade nacional pós-colonial. Scott deixa de lado as argumentações sobre universalismo versus nacionalismo para evidenciar o papel de funcionários das ex-potências coloniais nas transações da descolonização e na criação de entendimentos contemporâneos sobre o passado.

Engana-se quem acredita que o livro trate exclusivamente sobre o caso holandês-indonésio. Dado que são mostrados outros casos emblemáticos que analisam, por exemplo, as contribuições controversas levantadas com análises sobre os casos: dos Bronzes do Benim (uma coleção de mais de mil peças que foram retiradas dos palácios dos reinos de Benim desde o século XIII, e cuja boa parte delas encontram-se na Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e outros países) e dos Mármore de Elgin (ou Mármore do Partenon), grande coleção de esculturas em mármore que foram levados da Grécia para a Grã-Bretanha pelo sétimo conde de Elgin, Thomas Bruce; além de casos que implicam acordos entre França e Holanda.

Por isso, talvez seja o quinto capítulo o que mais agradou a este resenhista, pelo fato de ele introduzir questões referentes a outros processos emblemáticos sobre devolução de propriedade cultural. Mas é igualmente louvável a forma cautelosa que Scott escolheu para tratar temas como corrupção, ditadura, enriquecimento ilícito diluindo comentários ao longo do livro.

A conclusão apresenta a fusão das informações obtidas pela lente histórica de como o caso holandês-indonésio inclui-se como precedente internacional para ilustrar as ramificações do trabalho da diplomacia cultural e dos processos de devolução de propriedade cultural, ressaltando as mudanças ocorridas e a complexidade das negociações.



Um ponto que merece ser enfatizado é que a influência acadêmica na AGNU e na UNESCO ajudaram a negligenciar prazos em negociações bilaterais por usarem visões simplistas para casos complexos. Talvez por também chegar a essa conclusão, Scott defenda a necessidade de se analisar com profundidade cada caso e as histórias diplomáticas das negociações que os cercam, e então chegar a reparações coerentes.

A apesar da datação histórica, o livro trata de questões ainda recorrentes sobre a devolução da propriedade cultural que causam discussões e conflitos entre Estados e Nações. A complexidade das relações entre sociedades faz ressaltar a importância do uso da diplomacia e, neste caso em particular, a diplomacia cultural foi o meio escolhido para reverter o panorama de lutas pela devolução de bens - fosse a partir dos projetos de cooperação cultural, de ajuda econômica, de assistência técnica ou, mesmo, de atitudes responsivas.

A abordagem séria orientada pela diplomacia cultural mostra que a Holanda foi capaz de sustentar seus objetivos mesmo diante de situações desfavoráveis, como períodos de relações estremecidas com a Indonésia.

Imensurável seria contabilizar os patrimônios que os impérios conseguiram conquistar a partir do avanço de suas colônias. Partes dessas relações complexas e conflituosas entre culturas foi historiografada e revela muito sobre o poder de impérios – principalmente aqueles comandados por potências europeias que, desde o século XIX, usavam ciência, tecnologia, ferrovias e armas para consolidar expansões. Isso é o que Daniel Heandrick chama de consolidação do domínio colonial europeu<sup>9</sup>, as colônias acabavam virando uma espécie de “laboratório vivo”<sup>10</sup> que servia, de muitas maneiras, às ideias de missão civilizadora das metrópoles demonstrando a imposição de uma cultura sobre a outra, bem como a existência do direito de governar pela força aqueles “que as metrópoles consideravam como atrasados”<sup>11</sup>. As divergências contra a “colonialidade”<sup>12</sup> – relações de poder que existem em zonas que tiveram colonialismo direto – só melhorariam com a descolonização formal.

Embora seja indicado como uma referência para os estudos sobre devolução de propriedade cultural, esse livro de Scott é, antes, uma imagem crítica e justa de todo um

---

<sup>9</sup> HEADRICK D. R. *The tools of empire: technology and European imperialism in the nineteenth century*. Oxford University Press, Oxford, 1981.

<sup>10</sup> TILLEY, H. *Africa as a living laboratory: empire, development, and the problem of scientific knowledge, 1870-1950*. University of Chicago Press, Chicago, 2011.

<sup>11</sup> ADAS, M. *Machines as the measure of men: science, technology, and ideologies of western dominance*. Cornell University Press, Ithaca, 1990.

<sup>12</sup> NDLOVU-GATSHENI, S. J. Decoloniality as the future of Africa. *History Compass*, v. 13, n. 10, p. 485-496, 2015.

processo complexo que muitas vezes, como aponta Hurkmans, apresenta a Holanda como laboratório injusto ético e social<sup>13</sup>.

Por isso é tão importante existirem obras como essa, que tratam sobre diplomacia e patrimônio, não apenas para fornecer novidades de interpretação, mas também para mostrar a expansão dos agentes diplomáticos e as abordagens que a cultura e o patrimônio podem desempenhar

Talvez o livro peque por não explorar conceituações que distingam “patrimônio na diplomacia” e “patrimônio como diplomacia” – conceitos esses que podem ser compreendidos na obra de Scott, mas que precisam de melhor detalhamento para o leitor dissociar pontos entre diplomacia cultural e diplomacia patrimonial. Só para esclarecer, a diplomacia patrimonial, usada na perspectiva de Winter, é aquela que aproxima e gera trocas e fluxos culturais; enquanto a diplomacia cultural se mantém como expressão do *soft-power* em ações unilaterais de autopromoção<sup>14</sup>.

Contudo, a leitura de *Cultural Diplomacy and the Heritage of Empire: Negotiating Post-Colonial Returns* é uma oportunidade para se descobrir novos conhecimentos e usos de estratégias diplomáticas que permitem repensar sobre patrimônio e herança colonial e do pós-guerra.

### Referências Bibliográficas

ADAS, M. *Machines as the measure of men: science, technology, and ideologies of western dominance*. Cornell University Press, Ithaca, 1990.

AGUNG, I. A. A. G. *Twenty Years Indonesian Foreign Policy 1945-1965*. Haia: Mouton. 1973.

HEADRICK D. R. *The tools of empire: technology and European imperialism in the nineteenth century*. Oxford University Press, Oxford, 1981.

HICKLEY, C. *Países Baixos: museus confrontam o passado colonial do país*. Correio da Unesco (*The Unesco Courier*), 2020. Disponível em: < <https://pt.unesco.org/courier/2020-4/paises-baixos-museus-confrontam-o-passado-colonial-do-pais> >. Acesso em 12/06/2021.

HURKMANS, B. A la conquista del mundo: apuntes sobre la diplomacia cultural holandesa. *Boletín Elcano*, n. 106, p. 7, 2008.

ICOM - International Council of Museums. **Object ID**. 2021. Disponível em: < <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/objectid/> >. Acesso em 12/06/2021.

<sup>13</sup> HURKMANS, B. A la conquista del mundo: apuntes sobre la diplomacia cultural holandesa. *Boletín Elcano*, n. 106, p. 7, 2008.

<sup>14</sup> WINTER, T. Heritage diplomacy. *Int. J. Heritage Stud*, v. 21, n. 10, p. 997–1015, 2015.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. Decoloniality as the future of Africa. *History Compass*, v. 13, n. 10, p. 485-496, 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas Para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência De Propriedades Ilícitas Dos Bens Culturais*. Paris, 12-14 de novembro de 1970. Representação da UNESCO no Brasil. UNESCO Brasília Office, BR/1972/PI/H/1.1070. Disponível em: < [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco\\_convencao.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco_convencao.pdf) >. Acesso em 12/06/2021.

SCOTT, C. *Cultural Diplomacy and the Heritage of Empire: Negotiating Post-Colonial Returns*. London: Routledge, 2020. 226 p. ISBN 9781351164245.

TILLEY, H. *Africa as a living laboratory: empire, development, and the problem of scientific knowledge, 1870-1950*. University of Chicago Press, Chicago. 2011.

UN – United Nations. *History of the United Nations*. United Nations - Peace, dignity and equality on a healthy planet, 2021. Disponível em: < <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un> >. Acesso em 12/06/2021.

UN – United Nations. *International Military Tribunal for the Far East*. Special proclamation by the Supreme Commander for the Allied Powers at Tokyo January 19, 1946; Charter dated January 19, 1946; amended charter dated April 26, 1946 Tribunal established January 19, 1946. Disponível em: < [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.3\\_1946%20Tokyo%20Charter.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.3_1946%20Tokyo%20Charter.pdf) >. Acesso em 12/06/2021.

WINTER, T. Heritage diplomacy. *Int. J. Heritage Stud*, v. 21, n. 10, p. 997–1015, 2015.

---

Recebido: 15 de junho de 2021

Aprovado: 17 de setembro de 2021